
Jornada das mulheres sem terra: ações diretas e confrontos políticos entre MST e agronegócio¹

Agatha de Souza AZEVEDO²

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

RESUMO

O campo brasileiro é um território em constante disputa. De um lado, o agronegócio com seu modelo de exploração da terra, de outro, agricultores e movimentos sociais que trabalham a terra através da agroecologia. O MST é um dos representantes dessa segunda forma de produção no campo, e combate o agronegócio através da ação direta. A partir da teoria do processo (ou confronto) político de Charles Tilly, proponho uma análise a partir dos vídeos das ações das mulheres do MST, do período pré golpe de Dilma Rousseff, até as ações das jornadas das mulheres de 2019, a fim de entender os repertórios e suas interseções e relações com questões de gênero, cuidado e alimentação saudável.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres sem terra; ação coletiva; confronto político; agronegócio; comunicação

Introdução

A alimentação saudável enquanto um direito a ser reivindicado é parte de uma desigualdade histórica da América Latina e do Brasil. Para Lilia Schwarcz (2019), a própria formação brasileira, desigual, colonial e escravista, com monopólio de renda e poder, responde vários dos conflitos que vivemos nestes países, dentre eles o conflito agrário, que afeta diretamente a saúde e a qualidade de vida das populações do campo e da cidade. Educação, saúde e saneamento básico são, segundo a autora, os principais indicadores de desigualdade social.

Desigual desde o surgimento, o Brasil é um dos países com menos acesso à terra para plantar, morar e sobreviver. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) utiliza-se de dados da Oxfam, do relatório “Terra, Poder e Desigualdade na América Latina” de 2016 para afirmar que a América Latina e o Caribe, juntos, são as regiões com maior desigualdade na distribuição de terras no mundo. O relatório indica ainda que menos de 1% dos proprietários agrícolas detém 45% das áreas rurais brasileiras.

1 Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2 Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestranda da linha de Processos Comunicativos e Práticas Sociais do PPGCOM-UFMG (sob orientação da Profa. Dra. Ana Carolina Vimieiro). E-mail: agathasouza@ufmg.br .

O acúmulo também está no campo financeiro, já que as fazendas com mais de mil hectares concentram 45% dos créditos agrícolas, ainda que os pequenos produtores sejam responsáveis por 70% da produção de alimentos no país, segundo os dados da FAO. Schwarcz (2019) aponta no conflito agrário a chave para uma das lutas centrais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): a concentração fundiária, reconfigurada com o avanço do agronegócio no campo. Segundo a autora, essas desigualdades impactam profundamente no funcionamento da democracia brasileira, e são caminhos para entender a herança do autoritarismo:

Desigualdade não é uma contingência ou um acidente qualquer. Tampouco é uma decorrência “natural” e “imutável” de um processo que não nos diz respeito. Ao contrário, ela é consequência de nossas escolhas — sociais, educacionais, políticas, culturais e institucionais —, que têm resultado numa clara e recorrente concentração dos benefícios públicos para uma camada diminuta da população. (Schwarcz, 2019, n.p.)

A crise de soberania alimentar³ do Brasil está relacionada ao avanço do neoliberalismo e do uso de agrotóxicos, política crescente desde os anos 1990. A relação intrínseca entre o comércio internacional da produção brasileira e o agronegócio levou o pensamento exportador ao ápice das contradições do campo, que alimenta cada vez menos (Miranda et al, 2007). Essa competitividade desigual do agronegócio acaba por fazer pequenos produtores perderem suas propriedades, se desestruturarem e recorrerem ao trabalho assalariado, o que implica na distribuição de terras e de renda no campo, e consequentemente no êxodo rural.

Essa crise também tem relação com o fim das guerras mundiais, já que os agrotóxicos, insumos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente surgiram a partir do “Pacote Verde”⁴, e hoje são prática comum da agricultura. Segundo Ana Chã (2018), o domínio dos agrotóxicos no campo, através do monocultivo de culturas convertidas em commodities como soja e milho, é responsável pela precarização do trabalho rural e corrobora para que o campo seja visto não como local de trabalho e manutenção da vida, senão que como um território de maquinários e de uma vida “atrasada” e tranquila. Essa mercantilização do campo serve aos interesses do agronegócio, que territorializa o campo e, segundo a autora, intensifica ainda mais as políticas neoliberais. A agricultura

3 O termo Soberania Alimentar é utilizado aqui conforme a concepção da Via Campesina durante a 2ª Conferência Internacional realizada em 1996 no México. Em contraposição à ideia de Segurança Alimentar, a proposta dos movimentos populares é a de construir uma alimentação a partir da liberdade e do direito dos povos a produzir, comercializar e gerir seus próprios alimentos a partir de suas culturas (Fabrini, 2017).

4 Com o fim da 2ª Guerra Mundial, os agrotóxicos criados para fins militares ficaram sem utilidade, e passaram a ser aplicados na agricultura para produção em larga escala. Esse processo foi chamado de “Pacote Verde” ou “Revolução Verde”.

familiar, desta maneira, é responsável pela alimentação saudável da população, não apenas por ter menos popularizado o uso de insumos químicos⁵, mas por obter variedade de produção e visar o abastecimento do mercado interno, e não a exportação.

A partir do histórico político brevemente citado⁶, este trabalho pretende pensar as contradições do sistema capitalista a partir das lutas das mulheres do MST e como elas operam no limite da sobrevivência, em um sistema baseado na eliminação da diferença, reivindicando um novo modelo de produção no campo e a reforma agrária a partir dos seus corpos e da manifestação visual. A análise visual dos movimentos sociais (Doerr, Mattoni e Teune, 2013) considera os elementos visuais para compreender discurso e a ação, com base em três chaves da teoria tillyana – estruturas de mobilização, oportunidades políticas e o componente cultural na política de contenção.

Desde o surgimento das ações diretas conduzidas especificamente pelas mulheres do MST em 2006, até o final de 2019, foram disponibilizados 9 vídeos⁷ no youtube do MST e da Via Campesina. Visando a compreensão do papel histórico dessas lutas para o conjunto do MST, divido os vídeos de acordo com os períodos históricos e parto da análise mais detalhada dos mais recentes para reconstruir os elementos que melhor explicam os diversos períodos das Jornadas das mulheres.

Nessa perspectiva, a análise se centra em como as produções audiovisuais das mulheres sem terra⁸ refletem o contexto histórico, social e político da luta do MST por reforma agrária, a partir das visíveis transformações nas formas de reivindicação e os estágios de conquistas e retrocessos vividos que podem ser identificadas nos vídeos sobre as ações. Sendo assim, esse artigo busca traçar um panorama da alteração dos repertórios de luta coletiva para entender conexões possíveis entre os apontamentos teóricos supracitados e as ações das mulheres sem terra. Considerando discurso e ação, essa análise não se centra na forma audiovisual ou nas escolhas estéticas da produção

5 Agricultura familiar é uma forma de produção e manutenção da vida no campo, de maneira não mercantilizada, visando a subsistência do núcleo familiar. Nem toda forma de agricultura familiar produz sem agrotóxicos.

6 Para entender a conformação do agronegócio enquanto o símbolo do capital no campo, ver Ana Chã (2018); sobre a questão agrária e o MST, consultar Comparato (2001)

7 A partir da busca por essas ações, foi possível relacionar que os avanços das mulheres sem terra, bem como as repressões contra elas e as formas de proteção e segurança adotadas, tinham a ver com a correlação de forças entre o Movimento e o governo, ainda que as reivindicações propostas girassem em torno dos mesmos temas.

8 Ao longo do trabalho, o termo ‘sem terra’ é utilizado em letras minúsculas por fazer referência a uma identidade coletiva das mulheres do MST, que está posta para além do próprio Movimento, por se tratar da própria contradição de ser sujeito sem direito à terra no Brasil.

das mulheres em si, mas nas relações que essa produção e algumas dessas formas tem com os diferentes estágios da política brasileira e o contexto social vigente.

Em comum, essas ações coletivas tem a crítica aos (não) acessos à saúde e à alimentação saudável na sociedade neoliberal e a repressão aos movimentos sociais. Com base na semântica e na agência, atravessadas por componentes visuais e culturais presentes nos vídeos analisados, observo as oportunidades políticas e as estruturas de mobilização, para pensar a faceta cultural e simbólica (Alonso, 2012), e a política contenciosa (Tilly e Tarrow, 2015) durante este período.

Repertórios do confronto político das mulheres sem terra

Interessado em temas como desigualdade, violência coletiva, conflitos políticos e movimentos sociais, Charles Tilly formulou a Teoria do Confronto Político, a fim de melhor compreender os repertórios de ação coletiva possíveis nos mais diversos cenários. Segundo Ângela Alonso (2012), a teoria explica “o surgimento e o desenrolar de mobilizações coletivas mediante a reconstrução do contexto político, ou da estrutura de oportunidades e ameaças políticas, principalmente as relações de força entre as autoridades – grupos ocupando cargos no Estado –, e os desafiantes – que se encontram do lado de fora.” (Idem, p.21).

Com foco nas políticas de agir, Tilly utiliza-se da noção de 'repertório', advinda da música, “para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (Alonso, 2012, p.22). A autora reforça que a teoria de Tilly teve três passos: o primeiro de viés estruturalista e descritivo, onde o autor, nos anos 1970, buscou identificar padrões de ação coletiva; o segundo, já nos anos 1990, onde o confronto se tornava uma questão central e repensar o repertório de ação coletiva como confronto em um cenário culturalista se fazia necessário, em que Tilly estabelece relações entre estruturalismo e interacionismo simbólico; e o terceiro, nos anos 2000, em que a agência dos sujeitos ganha ainda mais espaço, somando-se à semântica do passo anterior as reflexões sobre o reconhecimento de que os repertórios dependem de escolhas e criatividade, e estabelecendo a relação entre repertório e performance.

Sobre a relação entre as reivindicações e a política de contenção, que se constrói em uma tensão política constante que passa por oportunidades e ameaças, Tilly e Tarrow (2015) explicam:

A política de contenção envolve interações nas quais os atores fazem reivindicações sobre os interesses de outros atores, levando a esforços coordenados em nome de interesses ou programas compartilhados, nos quais os

governos estão envolvidos como alvos, iniciadores de reivindicações ou terceiros. Política de contenção reúne três características familiares da vida social: contenção, ação coletiva e política. (Tilly e Tarrow, 2015, p.7, trad.prop.)

Para analisar reivindicações, é preciso primeiro identificar o sujeito (criador de uma reivindicação), o objeto (receptor de uma reivindicação) e o assunto reivindicado. O segundo passo seria entender o que atravessa a ação coletiva, já que esta significa “coordenar esforços em nome de interesses compartilhados ou programas” (Tilly e Tarrow, 2015, p.8, tradução própria). Em um terceiro passo, entram os aspectos da performance e da interação contenciosa, em que reivindicações se tornam coletivas e são performadas em ações que variam de acordo com a organização social e o assunto reivindicado em relação ao período histórico e ao contexto político.

Os autores apontam como principais causas da mudança incremental, três categorias: conexões entre reivindicações e organização social cotidiana: (1) romper com a ordem social cotidiana, trabalhador fazer greve, camponês que teve a terra expropriada, ocupá-la, etc; (2) Criação cumulativa de um sistema de sinalização pela própria contenção: reivindicações atuais se baseiam nas do passado, inspiração, inovação e reprodução dessas formas de reivindicação, características da região, local e país; (3) Operação do regime como tal: performances classificadas entre toleradas e proibidas, ameaças e penalidades, adaptação aos contextos, e formas de aliança e de operar no sistema vigente.

A partir da descrição do processo, decomposição em suas causas básicas e da descrição do processo nas relações entre atores envolvidos e suas realidades, analisarei as ações das mulheres do MST considerando sempre as reivindicações, o contexto social e as práticas do Movimento. Alonso (2012) reforça que para Charles Tilly “sentidos são inapartáveis das práticas, por isso, o melhor acesso a eles é a análise de performances – não de discursos” (p.29), portanto utilizarei os materiais audiovisuais das ações disponíveis.

O marco dessas ações ocorreu em 2006, quando as mulheres do MST e da Via Campesina⁹ ocuparam a Aracruz Celulose na ação “Rompendo o Silêncio”, que denunciou a destruição ambiental por parte da empresa, que impacta diretamente, entre outras questões, a alimentação saudável, a saúde e a qualidade de vida das populações do campo e da cidade. A partir dessa denúncia, surge um repertório de ação coletiva

9 Organização camponesa a nível mundial da qual o MST faz parte. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/> Acesso em: 01/10/2020

novo no Movimento, que está fortemente atrelado à questões de gênero, mas também de saúde, ainda que de forma indireta. Inicia-se um ciclo de enfrentamento ao agronegócio, entendido como a expressão do capital financeiro no campo, a partir de 2006. Nesta primeira fase de ações, as mulheres sem terra vinham à público reivindicar direitos básicos, e contavam com a visibilidade positiva que o MST e a reforma agrária haviam adquirido ao longo dos anos 1990¹⁰.

O contexto histórico de surgimento do MST no período pós Ditadura Militar, em 1985, e a própria possibilidade de ascensão econômica no campo são fatores fundamentais para pensar a atuação política das mulheres sem terra. Em conjunto com esses fatores, a contradição da instauração da democracia e da Constituição de 1988 no mesmo período da conformação do agronegócio¹¹ também são fatores a serem considerados nessa relação entre gênero, saúde, desigualdade social e agronegócio. Segundo Sônia Schwendler (2014), além de pensarem a produção agrícola e a organização comunitária, as mulheres vem de um histórico de negação de direitos que tem bastante interferência em sua participação no Movimento:

Três elementos foram chaves no apoio do MST à participação política das mulheres na luta pela terra. O primeiro foi o envolvimento das mulheres em diferentes níveis de organização interna do movimento, seguido pela formação de um Coletivo Nacional de Mulheres dentro do MST. O terceiro elemento foi o compromisso com a paridade de gênero assumido pelo MST, que resultou na adoção da norma de que cada núcleo de base deveria ser coordenado por um homem e uma mulher. (Schwendler, 2014, p.56)

Outro aspecto destacado pela autora é o protagonismo das mulheres na reforma agrária, conquistado no início dos anos 2000. Schwendler (2014) aponta que no Brasil “as mudanças constitucionais de 1988 introduziram a possibilidade da distribuição e titulação conjunta da terra para casais” (p.57), ainda que a política só tenha se tornado obrigatória em 2003. Ao observar os vídeos das ações ocorridas entre 2006 e 2019, é possível perceber que as principais reivindicações passam pela qualidade de vida, englobando saúde, bem-estar, alimentação, dignidade e cuidado, tendência das reivindicações relacionadas ao campesinato e às mulheres.

10 Neste período, a Reforma Agrária ganhava bastante apoio popular e visibilidade, e as conquistas do MST repercutiam nacionalmente. Esta visibilidade e os diversos avanços para o meio rural, como a pressão para a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em resposta ao Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no dia 17 de abril de 1996 no Pará, projetaram ainda mais a luta do MST. Para mais informações, consultar Comparato (2001).

11 Para entender a relação entre gênero, as lutas do Dia Internacional da Mulher, a ‘revolução verde’ e o agronegócio no campo brasileiro, ver Sônia Schwendler (2014).

Com base na seleção de ações das mulheres do MST feita a partir do aspecto visual¹², me centrarei nos aspectos gerais das lutas, a fim de traçar as mudanças na forma de ação das mulheres a partir das contenções e das oportunidades políticas. Para isso, dividirei as ações em três períodos históricos, relacionados ao aspecto conjuntural das eleições presidenciais: o período dos governos do PT (vídeos dos anos de 2006, 2011 e 2015); o período pré e pós golpe¹³ de Dilma Rousseff (vídeos de 2016, 2017 e 2018); e o período do primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro (vídeos de 2019). Para fins didáticos, chamarei essas divisões históricas de fases.

Na Fase 1, inicia-se a luta das mulheres do MST na forma de ação direta de enfrentamento ao agronegócio. Essa mudança na forma de atuar reflete a mudança de estratégia política do MST, que entende que combater apenas os latifúndios não é o suficiente, mas é preciso enfrentar o capitalismo no campo e aparece predominantemente nas ações da Fase 1, mas também nas ações das outras fases. Abers, Serafim e Tatagiba (2014) descrevem esse período brasileiro após a eleição de Lula como muito importante para os movimentos sociais do campo, pois havia uma maior participação da sociedade e diferentes práticas e rotinas, a partir da escuta das reivindicações populares.

As relações mais próximas¹⁴ entre membros do Governo e movimentos sociais também facilitavam a abertura de diálogo entre os mesmos e as instâncias de tomada de decisão. Esse período era favorável tanto para governos de esquerda, que estavam por toda a América Latina, como para os movimentos sociais. Contudo, esses avanços não significaram ações efetivas e duradouras que impedissem uma nova virada à direita no Brasil a partir da retirada da Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Políticas como a criação do Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) exigiam dos movimentos uma relação quase simbiótica de construção das políticas públicas, já que os órgãos não recebiam investimentos e dependiam das aptidões técnicas dos próprios reivindicantes (Abers, Serafim, Tatagiba, 2014).

12 É importante ressaltar que a seleção não contempla todas as ações das mulheres feitas neste período – na Jornada das Mulheres do MST, tradicionalmente em março, com exceções conforme o contexto político – mas apenas as que foram feitas a nível nacional e divulgadas em formato audiovisual pelo youtube do MST e da Via Campesina.

13 Essa discussão é recente, existem dois caminhos de entendimento: considerar o processo político um golpe ou impeachment. Parto da premissa de que essa é uma disputa discursiva, e por isso considero o acontecimento um golpe, ainda que dentro da legalidade. (MUNIZ, 2016)

14 Abers, Serafim e Tatagiba (2014) apontam que os movimentos rurais já faziam ações diretas antes de 2003, ano da chegada de Lula ao poder, mas os conselhos de políticas públicas, e as pressões diretas para a destinação de terras para fins de reforma agrária aumentaram e modificaram as formas de luta.

Nas três ações da primeira fase, é possível perceber que a reivindicação tem relação direta com a produção e a sobrevivência dos povos que vivem no campo, mas também com a saúde da população brasileira, interpelada por grandes empresas que produzem para o agronegócio mas não geram alimento saudável e nem renda para o território do qual exploram. Contudo, esse artigo centra-se nas fases 2 e 3, para melhor entender como as mulheres sem terra atuam neste período de acirramento das contradições entre o capitalismo e os movimentos sociais.

Fase 2

A segunda fase é marcada pela repercussão de um dos maiores crimes ambientais de escala global: o crime da Vale em Mariana (MG) em 5 de novembro de 2015, que atingiu áreas de Assentamento e Acampamento do MST no Vale do Rio Doce (MG) e no Espírito Santo. O rompimento da barragem redireciona a luta das mulheres do MST a denunciar a Vale de diversas maneiras, seja enquanto uma empresa assassina, que não se importou com o rompimento da barragem, seja enquanto uma empresa que sonega direitos trabalhistas. Neste período entre 2016 e 2018, o Brasil viveu o golpe de estado que depôs a presidenta Dilma Rousseff, a retirada de direitos iniciada pelo Governo de Michel Temer, a ascensão da direita nas ruas, o crescimento da popularidade de Jair Bolsonaro e a polarização da sociedade em um momento de acirramento político-eleitoral.

Pelbart (2017) reforça esse período como a configuração de uma guerra declarada contra o Brasil de maneira aberta e degenerada. Para o autor, “a guerra é econômica, política, jurídica, militar, midiática”. Runciman (2018) aponta as catástrofes e os desastres ambientais como possíveis formas de se acabar com a democracia, tanto quanto um golpe de estado, ou uma revolução tecnológica que levasse a uma crise no sistema político. Contudo, o autor aponta que a tendência das democracias é de ruir por dentro, ser corrompida, até que os sinais de fraqueza convertam o governo de uma nação em autoritário. Dentre as reflexões que o autor aponta como sugestão de contenção de governos antidemocráticos, estão a ideia de afastamento de personalidades políticas de tendência autoritária do poder, que pressupõe um entendimento coletivo por parte dos partidos políticos da importância de manter as regras democráticas nas disputas eleitorais, pontuado por Runciman (2018) como uma confiabilidade mútua de que as eleições são a melhor forma de conduzir o poder político.

Refletindo sobre o contexto brasileiro, 2016 foi marcado pelo golpe que retirou a Presidenta Dilma Rousseff do poder foi de acirramento das ruas e polarização, principalmente em torno da pauta anti-política e anti-corrupção. Ao mesmo tempo, a Operação Lava Jato condenava diversos políticos brasileiros ligados aos governos Lula e Dilma, o Supremo Tribunal Federal transparecia pela primeira vez de forma explícita seu ativismo político através do Juiz Sérgio Moro – atual Ministro do Governo Bolsonaro –, Eduardo Cunha (MDB) teve seu mandato caçado e prisão decretada pela Operação Lava Jato. Ainda em 2016, Michel Temer aprovou a PEC 55 de congelamento do teto dos gastos do governo por 20 anos, prejudicando áreas como saúde e educação, e iniciou as discussões sobre a reforma do Ensino Médio, a reforma trabalhista e a reforma da previdência. No contexto global, Donald Trump venceu as eleições presidenciais dos Estados Unidos.

Em 2017, houve a crise no sistema prisional brasileiro, e seguiu-se a política de reformas impopulares por parte do Governo Temer. Já começavam as ações contra e a favor de Lula, que foi preso em abril de 2018. Já no final deste período, houve a intervenção federal no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2018, decretando estado de exceção, o que não acontecia desde a constituição de 1988. Em março do mesmo ano a vereadora do PSOL do Rio de Janeiro Marielle Franco, conhecida por lutar em favor dos direitos da periferia e dos movimentos populares, foi assassinada e o caso não foi solucionado até hoje. Em maio do mesmo ano, houve a greve dos caminhoneiros, uma estratégia de paralisação que causou um desabastecimento geral no Brasil, e em meio ao caos, Nicolás Maduro foi reeleito presidente da Venezuela com 67,7% dos votos válidos, e abstenção de 54% da população. A tensão em torno do petróleo se intensificou, e o MST fez várias mobilizações neste sentido, incluindo a solidariedade¹⁵ com os caminhoneiros grevistas, através da distribuição de alimento.

Na América Latina, vários conflitos migratórios se instauraram, tanto em relação à política de Trump, que após eleito decretou “tolerância zero” a imigrantes ilegais, quanto em relação aos venezuelanos que deixaram o país neste período. No mesmo ano, houve vários casos de xenofobia na Copa do Mundo 2018, realizada na Rússia. Em termos de reforma agrária, ainda que as políticas públicas não tenham se desenvolvido para haver conquistas econômicas para as famílias sem terra e, com a mudança de

Governo, o Incra tenha sido ainda mais sucateado, o MST realizou a Marcha Nacional Lula Livre¹⁶ em agosto de 2018, e foi atuante nas eleições brasileiras, instaurando, junto a outros movimentos, a Vigília Lula Livre em Curitiba, e participando das mobilizações contra as eleições de Jair Bolsonaro, além de ter dedicado a Jornada de Lutas do Abril Vermelho¹⁷ à Lula. Conforme descrito na Tabela 1, as lutas das mulheres neste período marcam esse debate sobre as eleições e o papel dos meios de comunicação, as reformas em curso, os crimes ambientais e o assassinato de Marielle Franco. São ações de enfrentamento ao capital com ocupações e intervenções diretas:

Nome da ação	Ano / local	Descrição	Governo:
Mulheres em luta contra a lama que violenta e mata	2016; Trilhos da Vale em Mariana (MG)	Denúncia ao crime da Vale em Mariana (MG) por parte das mulheres do MST, feita com a ocupação dos trilhos da empresa na região e a denúncia de assassinato e desvalorização da vida no local, através da mineração que traz questões de saúde para o solo e para a população. As mulheres usam o pixo no trem da Vale e também a barreira de pneus para impedir a circulação de veículos na pista.	Dilma Rousseff (PT) Contexto pré-golpe
Mulheres ocupam a Vale Fertilizantes contra a Reforma da Previdência!	2017; Vale de Cubatão (SP)	Denúncia da empresa Vale como devedora do INSS e luta contra a reforma da previdência e continuidade da narrativa da mineração que desvaloriza a vida. Denúncia da poluição do ar, da mineração e do crime de Mariana (MG) de maneira indireta. As mulheres tapam os rostos e se utilizam do pixo e de outras formas de intervenção direta.	Michel Temer (MDB) Contexto pós-golpe
Mulheres contra a Globo golpista!	2018; Parque gráfico da Globo (RJ)	Retoma-se o caráter de unidade das mulheres, em uma ação que envolveu MST, MPA, MAB e LPJ, e denunciou a Globo como uma emissora anti-democrática e manipuladora ao longo da história, no período pré eleições. A denúncia também foi em defesa da democracia em relação ao golpe implementado desde 2016, à intervenção militar no RJ e a fraude das eleições. As mulheres tapam os rostos e utilizam do pixo e de outras formas de intervenção direta.	Michel Temer (MDB) Contexto pós-golpe e eleições

Tabela 1: Ações das Mulheres Sem Terra entre 2016 e 2018 (Fase 2). Fonte: elaboração da autora.

Fase 3

A terceira fase é atravessada pelo resultado das eleições de 2018, e pelo crime da Vale em Brumadinho (MG), ocorrido em 25 de janeiro de 2019. Há uma mudança também nas ações das mulheres do MST, que ao longo do tempo foram alinhando cada vez mais as pautas de luta para questões que vão além da pauta camponesa. Leite, Tubino e Sauer (2019) analisam o período de polarização como reflexo da articulação de diversos grupos para apoiar candidatos que estejam relacionados às suas políticas, em que vence a predominância da continuidade da agenda neoliberal de Temer:

No segundo semestre de 2018, as eleições presidenciais polarizaram as candidaturas de Fernando Haddad (PT) – que substituiu Lula após decisão sobre

¹⁶ Marcha Nacional Lula Livre: por terra, trabalho e moradia. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/08/14/marcha-nacional-lula-livre-reune-movimentos-sociais-de-todo-o-pais-em-brasil/>. Acesso em: 03/10/2020

¹⁷ O Abril Vermelho relembra o Massacre de Eldorado dos Carajás (17 de abril de 1996/Pará) e é um período onde o MST faz Jornadas de Luta em memória aos massacres sofridos e às Ligas Camponesas, organização do campo que combateu a Ditadura Militar no Brasil, da qual o MST se referencia.

sua prisão – e de Jair Bolsonaro (PSL). O primeiro apresentou várias propostas de mudanças no atual modelo de produção agropecuário (inclusive propostas e mecanismos de regulação no uso dos agrotóxicos e mudanças na taxação da terra) e tinha o apoio de movimentos sociais do campo, povos e comunidades tradicionais e ambientalistas. O segundo vociferava contra indígenas, sem terras, povos e comunidades tradicionais e ambientalistas, recebendo adesão e apoio político da União Democrática Ruralista (UDR), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e das bancadas temáticas do Congresso Nacional (as popularmente conhecidas como “bancadas da bala, bíblia e boi”). (Leite, Tubino e Sauer, 2019, p.171)

Essa agenda neoliberal se relaciona com as políticas voltadas para o agronegócio combatidas no início das lutas das mulheres, mas são marcadas por uma não-tolerância dos movimentos sociais, em especial o MST¹⁸, por parte do atual governo. Atacando diretamente as políticas para o campo, o Governo liberou 439 agrotóxicos¹⁹ em 2019, e continuou o desmonte do Incra, com a demissão de pessoal e a paralisação das políticas de reforma agrária, atualmente sob ameaça de serem totalmente extintas. Nas lutas das mulheres deste período, a ocupação da Fazenda de João de Deus é uma demonstração de agenda unitária, já que a denúncia do líder espiritual acusado de assédio sexual repercutiu a nível internacional e não diz respeito somente às mulheres do MST.

Na luta pós-rompimento da barragem de Brumadinho, ainda que a pauta da morte das vítimas fosse coletiva, e que as mulheres tenham optado por não tapar o rosto por questões de segurança devido à criminalização dos movimentos sociais, a repressão foi grande. Os policiais atiraram com balas de borracha no grupo de mulheres para que as mesmas desocupassem os trilhos do trem, mas, ainda assim, houve confronto, pixo e destruição de símbolos. Na última ação das mulheres em 2019, o Movimento optou por um ato simbólico, sem ocupação direta, apenas manifestação em frente a empresa Bayer, com cartazes e bandeiras. A descrição das ações aparece na Tabela 2:

Nome da ação	Ano / local	Descrição	Governo :
Ocupação do MST nas terras de João de Deus #PorTodasNós	2019; Anápolis (GO)	A ocupação, que levou o lema “Pela vida das Mulheres, somos todas Marielle”, foi na Fazenda de João de Deus, medium conhecido que foi denunciado por abuso sexual de mulheres. A luta serviu para denunciar o feminicídio e a violência contra a mulher, além de falar da justiça e democracia na terra e da reforma agrária. Com os rostos tapados, as mulheres seguram faixas e cartazes.	Jair Bolsonaro (PSL)
Nos trilhos da Vale pela vida das mulheres	2019; Sarzedo (MG)	A luta das mulheres do MST, com apoio do MAM denunciou o rompimento da barragem de Brumadinho, a partir do lema nacional “Amanhecer por Marielle”. Na denúncia, a dureza e a precariedade luta da mulher atingida na região aparecem, principalmente pelas vidas perdidas e pela impossibilidade de	Jair Bolsonaro (PSL)

18 MST, as várias faces de um movimento que Bolsonaro quer criminalizar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=24Wkbe3nefE> Acesso em: 03/10/2020.

19 Dados da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/> . Acesso em: 03/10/2020.

Nome da ação	Ano / local	Descrição	Governo :
		produzir no campo. Sem tapar os rostos, as mulheres escrevem no asfalto e na guarita do trilho de trem frases de luta, e sofrem repressão policial.	
Bayer/ Monsanto é Veneno	2019; São Paulo (SP)	Com o lema “Agro é tudo destruição”, as mulheres se manifestam com os rostos tapados na porta da empresa Bayer, ligada à indústria farmacêutica, inclusive responsável pela medicação contra o câncer, por ter comprado a Monsanto, empresa responsável pela produção de agrotóxicos. Aparece também a questão da Amazônia e do meio ambiente. Não há nenhuma intervenção de pixação, colagem ou outra ação direta.	Jair Bolsonaro (PSL)

Tabela 2: Ações das Mulheres Sem Terra em 2019 (Fase 3). Fonte: elaboração da autora.

No Brasil, onde a reforma agrária não avançou, a terra é uma das principais vulnerabilidades, por ser um fator diretamente relacionado aos indicadores de desigualdade social. É a partir das vulnerabilidades socioeconômicas que se instauram hierarquias nas condições de acesso da sociedade. O MST enquanto reivindicante da terra está ainda mais exposto, pois a terra é meio de trabalho, produção e subsistência para quem trabalha no campo. Injustiça e exclusão, vistas como problemas políticos, implicam numa capacidade de agência por parte dos que sofrem. As ações das mulheres do MST trazem formas específicas de reivindicar essas contradições expostas quando elas tapam o rosto, destroem símbolos e mudas, pixam, levantam cartazes, ocupam de terras, ou mesmo quando se manifestam na porta de edifícios públicos e empresas.

A violência, o risco de morte e a escravização são marcas que permeiam as desigualdades até hoje²⁰. Doerr, Mattoni, Teune (2013) ressaltam que o sentido visual está intrinsecamente ligado à lógica dos movimentos sociais, pois estes produzem e evocam imagens, de maneira planejada e estratégica ou mesmo acidentalmente. Os autores ressaltam que a pesquisa visual em movimentos sociais atua em três áreas, analisando: as expressões visuais de movimentos sociais através de imagens e outros artefatos visuais; a representação visual de movimentos sociais por atores externos aos movimentos sociais; o aspecto mais geral da visibilidade dos movimentos sociais nas sociedades contextos.

Os autores afirmam o potencial dos símbolos visuais pois estes podem desempenhar um papel central nas lutas dos movimentos, bem como os vestuários, os gestos e o uso dos corpos como manifesto. Além de servirem para a identificação de um grupo ou tática, é preciso pensar nos sentidos de afetação das imagens e “entender o

20 Desde a Lei de Terras (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850) firmada pós independência do Brasil (1822) que a questão fundiária nega o direito à população negra e de baixa renda a terra, mantendo a dominação colonial dos latifundiários, herdeiros das capitâncias hereditárias portuguesas.

visual como um local de luta” (p.16) que molda processos políticos, identidades, memórias e emoções.

As bandanas de chita tem potência de comunicar uma luta social. Segundo Souza (2013), o tecido trazido para o Brasil com o mercantilismo e a expansão da Inglaterra no período colonial traz em sua história a marca das mulheres trabalhadoras desde o seu surgimento, em 1498. Descrita como um tecido de algodão duro de baixo custo por ser produzido em larga escala nas indústrias inglesas, a chita se popularizou no Brasil, e a autora aponta que “apesar de o náilon ter conquistado o mundo, a Chita continuava vestindo os trabalhadores e moradores das regiões rurais” (p.46), características que fazem parte do simbólico das mulheres sem terra.

As mulheres sem terra projetam suas ações comunicacionalmente a partir do entendimento coletivo das pautas ligadas à saúde, e das contradições do agronegócio, e criam sentidos sociais em disputa sobre o que é, de fato, uma ação violenta: as atividades das mulheres sem terra, a atuação do agronegócio no campo ou a repressão policial sofrida pelo MST. É a partir do cotidiano, do alimento diário, que se constituem as conexões que tornam possível a aceitação das ações, ou ao menos o questionamento sobre o tema, por parcelas da sociedade. Se a condição de consumir alimentos saudáveis não é uma realidade, a questão passa a estar para além do Movimento.

Esse tecido simples e popular no campo se torna o símbolo de resistência das mulheres sem terra, marcando a identidade camponesa, e subvertendo essa estética vista como inferior para apontar seus sentidos de luta, sendo mais do que nada uma estratégia da resistência que se adapta à estrutura de oportunidades políticas. A atuação coletiva faz com que as mulheres, conhecedoras da história colonial do Brasil, reivindiquem direitos no espaço público de visibilidade apesar da possibilidade concreta de repressão e violência. Há ainda uma relação entre o tipo de repercussão pública das ações e o uso da violência. Nos casos analisados, quanto mais visíveis, menos suscetíveis à represálias as mulheres estão.

Conclusões

O contexto político determina a estrutura de oportunidades e ameaças políticas que interfere no repertório de um movimento social. Contudo, é preciso criatividade para ressignificar as ações para não em um contexto de repressão, para que as políticas contenciosas não atuem inibindo as movimentações sociais que afetam os interesses econômicos do capitalismo. Acampamentos em locais públicos, ocupações de terra,

marchas, manifestações nas grandes cidades, jejuns, greves de fome, atividades de relações internacionais, e as ações das diversas pautas que envolvem a proposta de reforma agrária do MST²¹ só são possíveis porque o Movimento se reinventa conforme a necessidade sem paralisar suas ações de confronto, e produz narrativas visuais na cena pública de maneira simbólica e estratégica.

Tilly e Tarrow (2015) apontam que o estágio da democracia indica mudança nos repertórios de ação coletiva, mas que as articulações com outros movimentos, com parceiros internacionais e com o próprio Estado, também configuram repertórios a serem considerados, já que “a política de contenção varia e muda em conexão próxima com o poder político, e este organiza tanto entre quanto fora das veias institucionais” (p.49, tradução própria). Ainda que a história forneça modelos que os futuros desafiantes – movimentos sociais e outras organizações ou grupos – usam para avançar nas suas reivindicações, o caráter de contenção de um regime exige que as ações considerem a capacidade governamental e a extensão (ou falta de) da democracia para buscar as rupturas da ordem social cotidiana almejadas, ou mesmo acumular forças e atuar dentro dos limites do regime.

Mobilizações sociais dispersadas sem o uso da força policial no período pós-eleições de 2018 devem ser analisadas sob o olhar da comunicação, para entender como o acontecimento publicizado serve como contenção do aparato repressor do estado brasileiro. Até as ações diretas mais radicais das mulheres giram em torno da saúde e de temas de interesse da sociedade. Mais do que uma questão de empatia, a ação direta pode ser capaz de promover indignação coletiva e consonância em torno de um projeto político, ou de uma causa social em específico. Mesmo a repressão pode ser entendida em uma chave positiva, quando abre-se espaço para o diálogo com a sociedade.

No caso do MST, dessa identidade coletiva construída de forma estratégica surgem formas de manifestação que se renovam conforme as necessidades do Movimento e da conjuntura política. As mulheres sem terra escolhem se vão tapar ou não os rostos com a chita conforme os mecanismos de defesa possíveis nos distintos contextos, mas mesmo com a mudança de cenário, não se curvam ao lugar do lar, do subemprego, da exploração e do acesso negado à terra. Os corpos tidos como matáveis das mulheres sem terra rompem as cercas do agronegócio e das artimanhas neoliberais

no mês de março e sempre que questões de saúde coletiva, vida e direitos vierem a público, denunciando retrocessos e buscando transformações sociais.

Referências Bibliográficas

Abers, R., Serafim, L., & Tatagiba, L. (2014). Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, 57(2), 325-357.

ALONSO, Angela. REPERTÓRIO, SEGUNDO CHARLES TILLY: HISTÓRIA DE UM CONCEITO. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, June 2012

CHÃ, Ana Manuela de Jesus. Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 105-118, 2001.

DOERR, Nicole; MATTONI, Alice; TEUNE, Simon. Toward a visual analysis of social movements, conflict, and political mobilization. In: **Advances in the visual analysis of social movements**. Emerald Group Publishing Limited, 2013. p. xi-xxvi.

FABRINI, João. Os movimentos camponeses e a soberania alimentar nacional. **GEOgraphia**, v. 19, n. 39, p. 54-69, 2017.

LEITE, Acácio Zuniga; TUBINO, Nilton Luís Godoy; SAUER, Sérgio. Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. **INCERTEZAS E SUBMISSÃO?**, p. 171-190. 2019

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. **São Paulo: Companhia das Letras**, 2019.

MIRANDA, Ary Carvalho de et al. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 7-14, 2007.

MUNIZ, Túlio. "IMPEACHMENT", EUFEMISMO PARA O GOLPE. **Capoeira-Humanidades e Letras**, v. 2, n. 2, p. 20-28, 2016.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney G. 2015. **Contentious politics**. Oxford University Press.

PELBART, Peter Pál. Estamos em guerra. **Texto do site "Outras palavras", publicado em**, v. 19, n. 01, 2017.

RUNCIMAN, David. **How democracy ends**. Basic Books, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. **São Paulo: Companhia das Letras**, 2019.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. Dia internacional da mulher no campo brasileiro: novas formas de protesto político e de resistencia. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 38, n. 01, p. 50-80, 2014.

SOUZA, Mariana Binato de. A chita e o artesanato têxtil como referência para estampas no vestuário feminino. 2013.